



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2025

CONTRATANTE (UASG): MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA (987985).

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de equipamentos de proteção individual.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.308.025,60 (um milhão, trezentos e oito mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27/02/2025 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO: SIM
EMPRESAS ME/EPP/EQUIPARADAS / SEDIADAS NO MUNICÍPIO

PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: <https://bll.org.br/>



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES BLL	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DOS RECURSOS	20
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	21
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22
12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22
13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	23
14. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS	26
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	26
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	30
17. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO	30
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2025

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.121.878/0001-72, sediada na Rua Vereador Luiz Picoli, 299 - Centro, Cafelândia - PR, 85415-000, por meio do setor de compras e licitações realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Cafelândia-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. *A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).*
- 2.6. **APLICA-SE A ESTE PREGÃO O DISPOSTO NO ARTIGO 48, § 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ARTIGO 7º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 039/2023, QUE ESTABELECE A PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. ESTE BENEFÍCIO NÃO IMPEDE A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE OUTRAS LOCALIDADES.**
- 2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.8. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES BLL

- 3.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bll.org.br/>
- 3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.
- 3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.3.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.7.1.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3.Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na proposta preenchida no sistema, sendo que os documentos anexados serão disponibilizados apenas após a fase de lances.

6.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item/lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“ABERTO”**.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis (horário de funcionamento), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2. Habilitação Jurídica:

8.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

8.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.2.8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.2.9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

8.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);**

8.3.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.~

8.3.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.4. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.5. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

8.3.6. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. No presente processo licitatório não será exigida qualificação Econômico-Financeira.

8.5. Qualificação Técnica ou Requisitos do Objeto:

8.5.1. **No presente processo licitatório não será exigida qualificação técnica.**

8.6. Declarações:

8.6.1. **Declarações Unificadas (conforme Anexo IV do Edital):**



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.13.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 8.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, BLL) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.18. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação.
- 8.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo no máximo, duas horas úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 8.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 8.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.23. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.20.1.
- 8.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

- 9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. **A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, na plataforma ou no e-mail do Pregoeiro, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado desde que apresentada justificativa a ser aceita pelo Pregoeiro,** deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.
- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (**limitada a 02 (duas) casas após a vírgula**) e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 12.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.5. **O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial. Haverá a possibilidade de prorrogação por igual período, inclusive com a renovação dos quantitativos, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.**
- 12.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 13.1. Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 13.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

- 13.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 13.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 13.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
- 13.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.
- 13.7. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
- 13.8. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a análise dos preços pela Planejamento de Compras e a deliberação a respeito do pedido pelo Gestor de Contratos.
- 13.9. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
 - b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
 - c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
 - d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

- 13.10. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
- 13.11. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.
- 13.12. **Em conformidade com os preceitos legais e visando assegurar a manutenção das proporções entre o "valor registrado" e o "valor de mercado", no contexto de deliberações pertinentes, será efetuada uma pesquisa para determinação do novo "valor de mercado". Para efeito de preservação das referidas proporções, será aplicado o desconto concedido pela empresa na data da licitação, sendo este último considerado como fator ajustador na determinação do valor final a ser adotado para a deliberação em questão.** Tal procedimento busca garantir a conformidade com os princípios legais vigentes, bem como a transparência e equidade no processo decisório.
- 13.13. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 13.14. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 13.15. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 13.16. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 13.17. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

14. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 14.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- a) For liberado;
 - b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.
- 14.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
 - b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
 - c) Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
 - d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 14.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.4. O fornecedor ou prestador será notificado pessoalmente para apresentar defesa no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da comunicação.
- 14.5. A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- a) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- b) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
 - d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
 - i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
 - j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 15.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - 15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - 15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
 - 15.2.4. Multa:



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 15.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 15.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 15.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 15.2.4.4. Compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º).
- 15.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para a Administração;
 - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 15.8.** A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 15.9.** A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
- 15.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 15.11.** Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mail's adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br e juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br.
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 17.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br e as especificações constantes no Termo de Referência,



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 18.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar
- 18.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta
- 18.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada
- 18.11.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços

Cafelândia/PR, 13 de fevereiro de 2025.

ALYS MOTTER TENFEN
Secretário Municipal de Administração



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto desta contratação é o **Registro de Preço** para o fornecimento de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Cafelândia-PR. Os EPIs são itens essenciais para garantir a proteção dos profissionais durante a execução de suas atividades, promovendo um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com as normas de segurança do trabalho.

Esses materiais são indispensáveis para assegurar que os servidores públicos possam desempenhar suas funções de maneira eficiente, sem exposição a riscos desnecessários, em consonância com as obrigações legais que exigem o uso de EPIs em determinadas atividades da administração pública.

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento, transporte e entrega dos **EPIs**, conforme as especificações detalhadas no edital, assegurando que todos os itens atendam aos requisitos de qualidade e segurança definidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais legislações pertinentes à área de segurança do trabalho.

Além disso, a empresa contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos itens, conforme demanda da Secretaria Municipal de Administração, respeitando os prazos de entrega estabelecidos no contrato e as condições de fornecimento acordadas.

ITENS A SEREM LICITADOS

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1	AVENTAL DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC EM UMA DAS FACES, COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, SOLDADAS ELETRONICAMENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, CA.	UND	150	R\$25,90	R\$ 3.885,00
2	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM CA	UND	50	R\$66,03	R\$ 3.301,70
3	APOIO PARA PÉS: COR: PRETO MATERIAL: MADEIRA MDF E MATERIAL RESISTENTE PARTE PLANA EM MADEIRAS PÉS: MATERIAL RESISTENTE DIMENSÕES: REGULÁVEL X 46,5 X 30,5 PESO PRODUTO EMBALADO:1.46 KG CORES: PRETO	UND	50	R\$76,96	R\$ 3.848,00
4	APOIO PARA OS PUNHOS/TECLADO, EM GEL, PROPORCIONA ERGONOMIA E CONFORTO! O APOIO DE PULSO EM GEL POSSUI SUPERFÍCIE COM FUIROS PARA MASSAGEM E ALTURA IDEAL PARA EVITAR LESÕES NOS PULSOS. ALÉM DE REDUZIR A TENSÃO NAS MÃOS, CONTA COM BASE ANTIADERENTE.	UND	100	R\$41,00	R\$ 4.100,00
5	BLUSAS PARA PROTEÇÃO DO FRIO NO INVERNO NOS TAMANHOS P, M, G & GG. (LAVADORES NA RAMP A E TRAB. EM GERAL)	UND	200	R\$160,33	R\$ 32.066,67
6	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	60	R\$75,61	R\$ 4.536,70
7	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	60	R\$79,48	R\$ 4.768,92



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	60	R\$85,77	R\$ 5.146,20
9	BOTA DE PVC FORRADA CANO EXTRALONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 37 Á 43 NA COR PRETA COM AMARRAS NA BORDA DO CANO.	PAR	60	R\$120,98	R\$ 7.258,50
10	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	50	R\$96,82	R\$ 4.840,90
11	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	50	R\$79,49	R\$ 3.974,67
12	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	50	R\$79,11	R\$ 3.955,50
13	BOTINAS DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM BORRACHA. (TIPO PNEU), MODELO ELÁSTICO/ ZÍPER COM PALMILHA. COM CA. Nº 36 Á 45	PAR	60	R\$188,00	R\$ 11.279,85
14	BOTINA DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM PU, BI DENSIDADE INJETADO, MODELO ELÁSTICO, COM PALMILHA ANTIBACTERIANA. COM CA. Nº 33 Á 45	PAR	200	R\$97,37	R\$ 19.473,00
15	CADEIRAS ERGONÔMICAS PRESIDENTE, ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA, REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA, BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIA, TECIDO AERO, ATENDA A NR.17, NORMA ABNT NBR 300, NBR 14006, ISSO 9001, GARANTIA DE 05 ANOS NO	UND	40	R\$894,83	R\$ 35.793,33



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	MINIMO, COR A SER DEFINIDA. A MONTAGEM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA				
16	CADEIRAS ERGONÔMICAS DIRETOR, ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA, REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA, BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIA, TECIDO AERO, ATENDA A NR.17, NORMA ABNT NBR 300, NBR 14006, ISSO 9001, GARANTIA DE 05 ANOS NO MINIMO, COR A SER DEFINIDA. A MONTAGEM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA	UND	40	R\$665,32	R\$ 26.612,73
17	CADEIRA SECRETÁRIA ERGONÔMICA, ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA, REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA, BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIA, TECIDO AERO, ATENDA A NR.17, NORMA ABNT NBR 300, NBR 14006, ISSO 9001, GARANTIA DE 05 ANOS NO MINIMO, COR A SER DEFINIDA. PELO DEPARTAMENTO SOLICITANTE. MARCA DE REFERÊNCIA: PLAXMETAL. A MONTAGEM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA	UND	60	R\$452,49	R\$ 27.149,50
18	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BUTINA NOBUCK, EM COURO COM CA, FECHAMENTO EM CADARÇO, BIQUEIRA EM POLIPROPILENO, E SOLADO BI COMPONENTE (ENTRE SOLA EM EVA E SOLA DE BORRACHA) DE N.º 35 AO 45	PAR	100	R\$130,81	R\$ 13.081,17



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

19	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM MANGAS, CAPUZ CONJUGADO, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA		300	R\$130,84	R\$ 39.251,40
20	CALÇA IMPERMEÁVEL CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM CORDÃO NO CÔZ PARA AMARRAR, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, TAMANHO P, M, G & GG.COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA	UNID.	200	R\$120,00	R\$ 24.000,00
21	VESTIMENTAS IMPERMEÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, NAS CORES BRANCO, VERDE, AZUL, ROSA, VERMELHAS, ETC, DESCARTÁVEIS, TIPO CONJUNTO CALÇA/ CAMISA/ BLUSA COM ELÁSTICO NOS PUNHOS NOS TAMANHOS: P; M, G; GG & EXG	UNID	200	R\$44,77	R\$ 8.953,50
22	CALÇA EM BRIM/ ALGODÃO (PARA LAVADORES NA RAMPA) TAMANHO P, M, G, & GG. (CORES AZUL OU MARROM)	UNID.	50	R\$107,82	R\$ 5.391,00
23	CAMISAS GOLA POLO NAS CORES AZUL OU MARROM PARA LAVADORES NA RAMPA DE LAVAGEM TAMANHO, P, M, G & GG	UNID.	50	R\$52,86	R\$ 2.642,80
24	CALÇA EM LONA IMPERMEÁVEL TIPO JARDINEIRAS, COM BOTA ACOPLADAS, PARA TRABALHOS EM AMBIENTES MOLHADOS, TAMANHOS VARIÁVEIS Nº 34 AO Nº 44	UND	100	R\$272,13	R\$ 27.212,50



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

25	CAPACETE PARA ELETRICISTA PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA OU PARTE CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS, CHOQUES ELÉTRICOS, QUEIMADURAS, AÇÃO DE CHUVAS E RAIOS SOLARES. COM GARGANTILHA; COM CA. CORES À ESCOLHER	UND	10	R\$85,67	R\$ 856,67
26	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER. COM GARGANTILHA, COM CA. CORES À ESCOLHER	UND	10	R\$70,87	R\$ 708,70
27	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER, COM GARGANTILHA ABAFADOR ACOPLADO, COM CA. CORES À ESCOLHER	UNID	10	R\$ 105,67	R\$ 1.056,67
28	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA EM POLIÉSTER, 01 FIVELA DE AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE PEITORAL, 3 MEIAS- ARGOLAS EM D, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UND	10	R\$218,80	R\$ 2.187,98
29	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA EM POLIÉSTER, 01 FIVELA DE AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE PEITORAL, 3 MEIAS- ARGOLAS EM D, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM OS RESPECTIVOS TALABARTES, EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	CONJ.	20	R\$317,25	R\$ 6.345,08



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

30	CINTURÃO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA EM POLIÉSTER, ESTILO ABDOMINAL COM 02 ANCORAGENS LATERAIS EM AÇO, ENCAIXE PARA FERRAMENTAS. E TALABARTE EM FITA DE POLIÉSTER COM GANCHOS DE SEGURANÇA. COM C A.	UND	10	R\$439,29	R\$ 4.392,94
31	CHAPÉU MASCULINO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DA SECRETARIA. TAMANHO P, M, G & GG	UND	100	R\$54,98	R\$ 5.498,00
32	CHAPÉU FEMININO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA E LAÇO; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DAS SECRETARIAS TAMANHO P/M/G	UND	50	R\$65,00	R\$ 3.249,90
33	CARTUCHO QUÍMICO MULTIGASES PARA RESPIRADOR SEMIFACIAL, VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CAIXA COM 4 UNIDADES	CX	20	R\$82,50	R\$ 1.650,00
34	CAVALETE DE ALERTA DE PISO MOLHADO/ESCORREGADIO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (PVC).	UND	50	R\$84,64	R\$ 4.231,75
35	COLETE REFLETIVO TIPO X	UNID.	50	R\$24,46	R\$ 1.223,17
36	COLETE REFLETIVO TIPO REGATA, FECHO EM VELCRO NA FRENTE	UNID.	50	R\$44,73	R\$ 2.236,42
37	LANTERNA, COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 10 LED TAMANHO MÉDIO	UNID.	20	R\$145,48	R\$ 2.909,50
38	LANTERNA COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 15 LED TAMANHO GRANDE.	UNID.	20	R\$204,73	R\$ 4.094,60



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

39	LANTERNA TÁTICAS ZOOM TELESCÓPICO ALTA INTENSIDADE QUALIDADE E ECÔNOMIA CARACTERÍSTICAS: - MODELO DO LED: T9 P50 (XMLT9 XHP50) - AJUSTE DE FOCO (ZOOM) - RESISTENTE A ÁGUA (NÃO DEVE SER SUBMERSA) - MATERIAL: LIGA DE MAGNÉSIO EM ALTA RESISTÊNCIA - ZOOM: SISTEMA DE FOCO REGULÁVEL - 1 A 2000 VEZES - 30% MAIS FORTE QUE O LED T6, ATÉ 100.000 HORAS DE USO. - ALIMENTAÇÃO: 1 X BATERIA LI-ION 26650 - DIMENSÕES: 3,5CM X 18,2CM X 4,0CM - PESO: 260G	UNID.	50	R\$196,23	R\$ 9.811,25
40	LANTERNA RECARREGÁVEL QUADRADA Á BATERIA 12 LEDS	UNID.	20	R\$266,67	R\$ 5.333,33
41	LUVA EM LÁTEX NATURAL RANHURADA TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$12,66	R\$ 12.660,00
42	LUVA NITRÍLICA, TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	700	R\$12,31	R\$ 8.617,00
43	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO CURTO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	PAR	500	R\$45,94	R\$ 22.971,25
44	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE	PAR	500	R\$50,00	R\$ 24.998,75



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.				
45	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$50,89	R\$ 25.445,00
46	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA, TIRA DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA, ELÁSTICO NO PUNHO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	700	R\$47,14	R\$ 32.998,00
47	LUVA MISTA CONFECCIONADA NO DORSO EM RASPA E NA PALMA DA MÃO EM VAQUETA, COM REFORÇO EM VAQUETA ENTRE O DEDO POLEGAR E O INDICADOR, COM CA, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	400	R\$53,33	R\$ 21.333,33
48	LUVA GREN VOLK (PEGASUS) COM CA, CA: 46819 RESISTÊNCIA MECÂNICA – EN388 – DESEMPENHO 1121A RESISTÊNCIA TÉRMICA (CALOR) EN407 – DESEMPENHO X2XXXX TAMANHOS: 9 (G) 10(EG) 11(EEG) USO: REUTILIZÁVEL FORMATO: ANATÔMICO ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL MODELO DA ESTRUTURA: MONTADO/ COSTURADO MATERIAL SUPORTE: FIBRAS NATURAIS PUNHO: MALHA GRIP: CORRUGADO/RUGOSO	PAR	2000	R\$31,26	R\$ 62.525,00
49	LUVA DE PLÁSTICA SILICONADA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, 80 CM (CAIXA COM 100 UNIDADES). COM CA	CX	50	R\$125,10	R\$ 6.255,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

50	LUVA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES NOS TAMANHOS, P, M, G & GG; COM C A.	CX	400	R\$55,00	R\$ 22.000,00
51	LUVA FLEXTACTIL - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NYLON, RECOBERTA DE POLIURETANO NA PALMA, COM PUNHO EM ELÁSTICO, COM CA	PAR	2000	R\$15,71	R\$ 31.420,00
52	MACACÃO PARA PULVERIZAÇÃO COM HERBICIDAS, AGROTÓXICOS EM POLIAMIDA COM CAPUZ FECHAMENTO POR ZÍPER COM ELÁSTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS.	UND	200	R\$203,15	R\$ 40.629,50
53	MACACÃO DE SEGURANÇA COM CAPUZ CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO COM CAMADA DE FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER / E OU VELCRO E PALA PROTETORA, ELÁSTICO NO CAPUZ, MANGAS E TORNOZELOS, COSTURAS REFORÇADAS. TAMANHO M, G, & GGC/ CA.	UND	200	R\$179,50	R\$ 35.899,50
54	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ¹ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	2000	R\$3,70	R\$ 7.400,00
55	MASCARA DESCARTÁVEL, TIPO SEMIFACIAL FILTRANTE, MODELO DOBRÁVEL, CLASSE PFF ² , COM SOLDA ELETRÔNICA EM TODO PERÍMETRO, CONFECCIONADA COM MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, PARA PARTÍCULAS P2, DOTADA DE VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA MAIOR CONFORTO E COM ELÁSTICOS PARA FIXAÇÃO E AJUSTE À CABEÇA DO USUÁRIO. PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA POEIRAS,	UND	1000	R\$5,72	R\$ 5.720,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS, COM CA.				
56	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ³ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, E VÁLVULA RESPIRATÓRIA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	100	R\$7,85	R\$ 784,75
57	MANGOTES EM RASPAS, COM TIRAS DE FIXAÇÃO DO MESMO MATERIAL, PASSANDO PELOS OMBROS, COM CA	PAR	50	R\$46,32	R\$ 2.315,88
58	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL.	UND	50	R\$55,77	R\$ 2.788,50
59	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, INCOLOR, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	300	R\$16,22	R\$ 4.865,40
60	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, FUMÊ, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	UND	300	R\$31,69	R\$ 9.506,40
61	RESPIRADOR SEMIFACIAL, QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO COM TIRANTES EM ELÁSTICO, COM DUAS VÁLVULAS DE INALAÇÃO E UMA DE EXALAÇÃO, INCLUINDO PAR DE FILTROS VO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	50	R\$48,50	R\$ 2.424,88
62	RESPIRADOR/MÁSCARA REUTILIZÁVEIS TAMANHO "M E G", PURIFICADOR DE AR SEMIFACIAL, MULTIGASES DUPLA FILTRAGEM, EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA COR PRETA, VÁLVULAS DE INALAÇÃO COM JUNTA DE VEDAÇÃO PARA FILTROS QUÍMICOS OU SUPORTE PARA ENCAIXE DE FILTRO MECÂNICO. C/QUATRO HASTES E DOIS TIRANTES ELÁSTICOS FIXADOS ATRAVÉS DE PRESILHAS DE AJUSTE E	UND	50	R\$69,25	R\$ 3.462,38



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	DOTADOS DE SUPORTE PARA A CABEÇA. C/ C A				
63	PERNEIRA DE RASPA, COM COBERTURA NO METATARSO E COM FECHAMENTO EM VELCRO, FIO-DE-AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	50	R\$54,54	R\$ 2.727,00
64	PERNEIRA EM COURO SINTÉTICO, COM CINCO TALAS DE PROTEÇÃO, COM CA – (NEXUS CA 19667)	PAR	50	R\$57,44	R\$ 2.872,00
65	PROTETOR AUDITIVO, TIPO CONCHA, COM HASTE E SUPORTE DO ABAFADOR CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO, CONCHAS CONFECCIONADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, ALMOFADA EXTERNA FABRICADA EM ESPUMA DE NÁILON REVESTIDA COM CAPA POR COLAGEM E ALTA TEMPERATURA E FILTROS INTERNOS CONFECCIONADOS EM ESPUMA DE FORMATO OVAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	50	R\$39,55	R\$ 1.977,50
66	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM SILICONE COM CORDÃO EM FIO DE SEDA. COM C A	UND	400	R\$7,10	R\$ 2.840,00
67	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM ESPUMA MOLDÁVEL. COM C A	UND	200	R\$4,14	R\$ 827,00
68	SOMBRINHAS PARA PROTEÇÃO DO SOL (ACS)	UND	100	R\$80,43	R\$ 8.042,50
69	SUPORTE FIXO PARA MONITOR, - EVITE LESÕES COM MELHOR POSTURA! - IDEAL PARA QUALQUER TIPO DE MONITOR: LCD OU CONVENCIONAL - ALTAMENTE RESISTENTE, SUPORTA MAIS DE 40KG - AJUSTE DE ALTURA ATÉ 17CM - 4 NÍVEIS PARA AJUSTE - MELHOR POSTURA E MENOS LESÕES CORPORAIS - ALTURA MÍNIMA: 4,5 CM	UND	40	R\$125,98	R\$ 5.039,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	- ALTURA MÁXIMA: 17 CM - PÉS DESMONTÁVEIS - ACABAMENTO BLACK PIANO - DIMENSÕES: 27 X 33,5 X 6,8 CM				
70	TALABARTE EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	10	R\$319,63	R\$ 3.196,33
71	TOUCA EM TNT DESCARTÁVEL (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PCT	200	R\$50,86	R\$ 10.171,60
72	TOUCA/ CHAPÉU ÁRABE C/ABA EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO. C/C NA COR AZUL, COM CA	UND	500	R\$40,66	R\$ 20.329,17
73	TRAVA-QUEDA EM AÇO UTILIZADO PARA CABO DE AÇO DE 8 MM, DUPLO TRAVAMENTO, MOLA DE POSICIONAMENTO, MOSQUETÃO EM AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA 14958.	UND	10	R\$523,50	R\$ 5.235,00
74	CREME PROTETOR SOLAR FATOR 60FPS, COM AÇÃO REPELENTE, 60X UVB, 20X UVA, VITAMINA E, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÓLEO, 120ML.	UND	800	R\$53,18	R\$ 42.545,60
75	CREME PROTETOR SOLAR FATOR 60FPS, 60X UVB, 20X UVA, VITAMINA E, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÓLEO, 120ML.	UND	400	R\$37,32	R\$ 14.927,33
76	REPELENTE DE INSETOS, DURA ATÉ 4 HORAS DE PROTEÇÃO, SPRAY, 100ML.	UND	400	R\$ 31,62	R\$ 12.646,40
77	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA CURTA.	UND	50	R\$124,75	R\$ 6.237,50
78	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA LONGA.	UNI.	150	R\$111,10	R\$ 16.665,00
79	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA CURTA. NA COR AZUL TAMANHO "M, G, & GG PARA SERVIÇOS GERAIS	UND	150	R\$254,84	R\$ 38.226,25



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

80	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA CURTA. NA COR MARROM TAMANHO "M, G, & GG;. PARA LAVADORES NO POSTO DE LAVAGEM	UND	50	R\$293,98	R\$ 14.698,90
81	CAMISA EM MALHA DECOTE EM V, CORES DIVERSAS, NOS TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	100	R\$83,01	R\$ 8.301,00
82	CAMISA EM MALHA, GOLA POLO EM CORES DIVERSAS, TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	100	R\$99,71	R\$ 9.970,50
83	CAMISA ESTILO SOCIAL MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. TECIDO & CORES A ESCOLHER. (PARA MOTORISTAS OPERADORES E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS). NOS TAMANHOS Á DEFINIR.	UNI	100	R\$167,00	R\$ 16.700,00
84	CAMISA EM FIO, GOLA POLO, MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. CORES E TAMANHOS Á DEFINIR	UNI	150	R\$61,18	R\$ 9.177,00
85	JAQUETAS PARA FUNCIONÁRIO DA AGRICULTURA E SVOSP, JAQUETAS EM TECIDO POLIÉSTER, IMPERMEÁVEL, COM FORRO EM TACTEL, COM DOIS BOLSOS EXTERNOS E UM BOLSO INTERNO, COM ELÁSTICO NA BARRA E NOS PUNHOS, COM FECHO EM ZÍPER, EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL (BRASÃO) NA ALTURA DO PEITO AO LADO ESQUERDO, UMA BANDEIRA DO MUNICÍPIO NO OMBRO ESQUERDO E A BANDEIRA DO PARANÁ NO OMBRO DIREITO, COM ESCRITA NAS COSTAS, NA	UND	100	R\$233,45	R\$ 23.345,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	ALTURA DA OMOPLATA COM OS DIZERES " PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA PR" NAS CORES PRETAS OU AZUL ESCURO, OS EMBLEMAS E AS ESCRITAS PODEM SER EM SERIGRAFIA OU BORDADOS. EM TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS.				
86	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES VERDE BANDEIRA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS EM AMBAS AS PERNAS NA ALTURA SOBRE O MEIO DA CANELA, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX.	UND	200	R\$125,00	R\$ 25.000,00
87	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES AZUL/ MARROM, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX. (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAS)	UND	100	R\$115,18	R\$ 11.518,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

88	CAMISAS 1: EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, . NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS)	UND	400	R\$66,74	R\$ 26.696,00
89	CAMISAS 2: - EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA LONGA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS)	UND	200	R\$64,00	R\$ 12.800,00
90	CAMISAS 3: EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA TIPO ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG.	UND	150	R\$77,67	R\$ 11.650,00
91	CAMISAS 4: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA	UND	100	R\$77,67	R\$ 7.766,67



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG				
92	CAMISAS 5: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	200	R\$82,00	R\$ 16.400,00
93	CAMISAS 6: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA NAS COSTAS, ACIMA DO	UND	50	R\$82,00	R\$ 4.100,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG				
94	COTURNO TÁTICO IMPERMEÁVEL, COSTURAS REFORÇADAS, IMPERMEÁVEL, SOLADO ABS VULCANIZADO, PALMILHA EVA DE ALTA RESILIÊNCIA E PERFORMANCE; FORRADA COM TECIDO ATOALHADO COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, COURO COM ACABAMENTO LISO 1.8 ESPESSURA, COLARINHO E LINGUETA TIPO FOLEN EM NAPA VACUM; PASSADORES E GANCHOS EM POLÍMERO FIXADOS POR REBITES DE METAL; CADARÇOS EM POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE DE 136 FIOS. SISTEMA DE FIXAÇÃO DE PROTEÇÃO ESTENDIDA EM SBR, COM ALTURA DE 4CM A PARTIR DA BORDA DO SOLADO, SISTEMA ONDE A FIXAÇÃO DA PROTEÇÃO EM SBR NO CABEDAL É FEITA PELO SISTEMA DE FUSÃO QUÍMICA EM REATOR À ALTA PRESSÃO E ALTA TEMPERATURA.	PAR	80	R\$489,25	R\$ 39.140,00
95	TONFA; TONFA TÁTICA FEITA DE MATERIAL RESISTENTE, IDEAL PARA AUTODEFESA E CONTROLE DE MULTIDÕES. DESIGN ERGONÔMICO, FÁCIL DE MANUSEAR, COM EMPUNHADURA ANTIDESLIZANTE. COMPACTA E DURÁVEL.	UND	40	R\$108,25	R\$ 4.330,00
96	PORTA TONFA; PORTA TONFA EM NYLON BALÍSTICO, COM COSTURAS REFORÇADAS E FECHAMENTO EM VELCRO. PERMITE FIXAÇÃO SEGURA NO CINTO TÁTICO, OFERECENDO ACESSO RÁPIDO À TONFA DURANTE OPERAÇÕES. RESISTENTE E PRÁTICO.	UND	40	R\$94,44	R\$ 3.777,60



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

97	CINTO TÁTICO; CINTO TÁTICO DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, COM FECHAMENTO RÁPIDO EM VELCRO E FIVELA DE AJUSTE. IDEAL PARA CARREGAR EQUIPAMENTOS COMO COLDRES E LANTERNAS. CONFORTÁVEL E DURÁVEL	UND	40	R\$92,18	R\$ 3.687,20
98	LANTERNAS; LANTERNA TÁTICA COMPACTA, COM LED DE ALT ALTA BOTENCIA E MODOS DE ILUMINAÇÃO AJUSTÁVEIS. CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO RESISTENTE, À PROVA D'ÁGUA E COM BATERIA RECARREGÁVEL.	UND	20	R\$194,52	R\$ 3.890,40
99	CALÇA OPERACIONAL RIPSTOP TECIDO RIPSTOP TÁTICO; COR AZUL; BORDADO COM BRASÃO NA PERNA ESQUERDA;BOLSOS LATERAIS E BOLSOS FRONTAIS ESQUERDO E DIREITO;COSTURAS REFORÇADAS.	UND	80	R\$ 193,94	R\$ 15.515,20
100	CAMISA TÉRMICA MANGA LONGA TECIDO TÉRMICO DEZ; COR AZUL; BOLSOS NO LADO DIREITO E ESQUERDO; BANDEIRA DO BRASIL NO BRAÇO DIREITO E BANDEIRA DO PARANÁ NO BRAÇO ESQUERDO; ESTAMPA "VIGILANTE MUNICIPAL".	UND	80	R\$ 95,00	R\$ 7.600,00
101	CAMISA MANGA CURTA TECIDO TÉRMICO DEZ; COR AZUL; BORDADO NO LADO ESQUERDO DA FRENTE COM BRASÃO PFMC; ESTAMPA "VIGILANTE MUNICIPAL".	UND	80	R\$ 141,93	R\$ 11.354,40
102	. BLUSA DE INVERNO TECIDO TÉRMICO; COR AZUL; ESTAMPA "VIGILANTE MUNICIPAL".	UND	80	R\$ 252,33	R\$ 20.186,40
103	BOINA; COR AZUL; MODELO TÁTICO FLEXÍVEL.	UND	80	R\$ 104,82	R\$ 8.385,60
104	GANDOLA; COR AZUL; MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL.	UND	80	R\$ 214,24	R\$ 17.139,20



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

105	COLETE TÁTICO OPERACIONAL COR AZUL-MARINHO; COM PORTA-ALGEMA, PORTA- CHAVES, COLDRE, PORTA- CELULAR E PORTA EPI'S; COSTURAS REFORÇADAS.	UND	40	R\$ 340,35	R\$ 13.614,00
106	PATCH PARA COLETE BALÍSTICO/OPERACIONAL; INSCRIÇÃO "PATRULHA MUNICIPAL"; MATERIAL EMBORRACHADO E/OU BORDADO; COSTURAS REFORÇADAS.	UND	40	R\$ 33,24	R\$ 1.329,60
VALOR TOTAL					R\$1.308.025,60

O valor total é de **R\$1.308.025,60 (Um Milhão, Trezentos e Oito Mil, Vinte e Cinco Reais e Sessenta Centavos)**.

A opção pela modalidade Pregão justifica-se pela possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a observância dos princípios da economicidade, eficiência e ampla competitividade, conforme preconizado pela legislação vigente.

Os serviços objeto desta contratação são classificados como bens e serviços comuns, conforme caracterização detalhada no Estudo Técnico Preliminar, o que reforça a adequação do Pregão como instrumento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A demanda, foi avaliada a possibilidade do parcelamento por item, considerando os impactos econômicos, competitividade e eficiência da contratação. A presente contratação será por itens, não prejudicando a economia de escala.

Adicionalmente, em observância ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, esta licitação será exclusiva para empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), tendo em vista o valor estimado da contratação, garantindo, assim, o incentivo à participação de pequenos empreendedores e o fortalecimento da economia local.

Essa configuração assegura a competitividade, a eficiência no processo licitatório e o cumprimento dos objetivos legais de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial. Haverá a possibilidade de prorrogação por igual período, inclusive com a renovação dos quantitativos, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Fica expressamente vedada a subcontratação do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Abaixo segue a fundamentação e descrição da necessidade:

Fundamentação: A fundamentação da contratação encontra-se no inciso XIII, artigo 6º da Lei 14.133/2021, por possuir padrão de desempenho e características gerais e específicas encontradas no mercado.

Necessidade: A contratação visa Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs). Essa medida é fundamental para assegurar a integridade física dos servidores e prestadores de serviços que desempenham atividades essenciais para a administração municipal.

Os materiais são indispensáveis para garantir a proteção durante a execução dos serviços, promovendo um ambiente de trabalho seguro e eficiente. A contratação está em conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho, que exigem uso obrigatório de EPIs em determinados setores da administração pública.

Além disso, o fornecimento dos equipamentos visa minimizar ou prevenir risco à saúde, evitando doenças ocupacionais de curto ou longo prazo. Dessa forma, o registro de preço de EPIs é indispensável para atender às exigências legais e assegurar a efetivação das atividades com segurança e qualidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para atender à demanda, a solução escolhida para contratação de empresa especializa no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), conforme as quantidades de itens especificadas no item 7.1. do Estudo Técnico Preliminar. A contratação será realizada em estrita conformidade com os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, garantindo transparência e eficiência no processo.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Para assegurar a competitividade dos preços, foram realizadas pesquisas em sites oficiais, Banco de Preço, BLL e Internet. Complementarmente, foram conduzidas pesquisas na internet e obtidos orçamentos de empresas locais especializadas no setor, permitindo uma estimativa precisa dos custos e melhores condições para contratações.

Considerando os materiais a serem adquiridos e a legislação vigente, verifica-se que a modalidade de licitação mais adequada será o pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme previsto na legislação e alinhado às práticas adotadas pela **Secretaria Municipal de Administração** em contratações anteriores, visando a otimização dos recursos públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos impactos ambientais descritos no item 16 do Estudo Técnico Preliminar eventualmente, devem ser observados os seguintes requisitos, conforme as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício;
- II. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento;
- III. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo;
- IV. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- V. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água;
- VI. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- VII. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água;
- VIII. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- IX. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa;
- X. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00;
- XI. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico;
- XII. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade;
- XIII. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;
- XIV. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- XV. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica

4.3. Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia.

4.4. Da exigência de amostra

Não há necessidade de apresentação de amostra.

4.5. Obrigação das partes

4.6. Da contratada

- I. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação
- II. Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- III. Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- IV. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- V. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.7. Da contratante



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- I. Fiscalizar a execução dos serviços, verificando se estão sendo prestados de acordo com as especificações estabelecidas neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado.
- III. Comunicar, por escrito, a contratada qualquer falha na prestação dos serviços, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou proposta apresentada.
- IV. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

4.8. Sanções

Serão utilizadas sanções do decreto municipal 156/2023 art. 6º.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condição e local de entrega

Para garantir a correta prestação do objeto será necessário o estrito cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Cumprimento da legislação aplicável.
- II. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança vigentes.
- III. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- IV. A entrega dos serviços obedecerá rigorosamente às condições deste Edital, Contrato e seus anexos.
- V. Prazo de entrega: Será de 10 (dez) dias úteis, contados do momento do recebimento da requisição de compras, confirmação por e-mail ou



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.

VI. Local de efetivação do serviço: O local prestação do serviço será definido pela secretaria no momento da requisição de compra. Dentro do perímetro de Cafelândia-PR.

VII. Montagem: A montagem dos itens necessários será de responsabilidade da empresa fornecedora.

- a) As despesas provenientes serão suportadas pela empresa vencedora.
- b) Cabe ao servidor responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.
- c) Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado neste Termo.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

Não se aplica.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e normas da Lei 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A fiscalização do contrato seguirá o contido no decreto municipal 156/2023.

São indicados para a fiscalização:

Gestor: **VILMA INÊS DEFINSKI** - matrícula 71421, ou **SORLI DOMIGOS PORTO** – matrícula: 71431.

Fiscal Titular: **ROGÉRIO SCHMIDT**– matrícula **76991**.

Fiscal Reserva: **MARTA CAMPESTRINI**– matrícula **76611**.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.1. Recebimento do objeto

O objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega, onde deverão ser conferidos na presença dos responsáveis de ambas as partes (Contratante e Contratada), com as quantidades descritas na(s) respectiva(s) Ordem(s) de Serviço da lavanderia e outros eventuais registros internos.

O objeto será recebido definitivamente, após o transcurso do prazo de 15 dias, caso não haja contestação ou apontamento de não conformidade dos serviços às especificações constantes no processo.

O objeto poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

- I. Prazo de validade
- II. Data da emissão
- III. Dados do contrato e órgão contratante
- IV. Período respectivo da execução



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- V. Valor a pagar
- VI. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus do contratante;

O pagamento efetuado pela Prefeitura de Cafelândia não isenta a contratada de suas obrigações e responsabilidades.

É vedada a contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7.3. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada retenção tributária prevista na legislação vigente.

O contrato regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar Nº123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A vencedora será selecionada por meio de PROCESSO LICITATÓRIO, utilizando a modalidade PREGÃO na forma eletrônica, com a aplicação do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.2. Exigência de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos estabelecidos na minuta do Edital.

8.3. Estimativas do valor da contratação

O valor da licitação **R\$1.308.025,60 (Um Milhão, Trezentos e Oito Mil, Vinte e Cinco Reais e Sessenta Centavos)**. Conforme descrito nos valores apresentados no item 1 deste termo de referência.

Pesquisa de Preço: A pesquisa de preços foi realizada por meio de fornecedores locais, consulta a bancos de preços, plataforma BLL e levantamentos na internet, garantindo uma análise ampla e atualizada do mercado. Os orçamentos fornecidos por fornecedores foram obtidos diretamente pela Secretaria Demandante.

Para garantir maior precisão na estimativa, foram excluídos os valores discrepantes, tanto para mais quanto para menos, assegurando que a média de preços reflita a realidade do mercado.

Responsáveis pela Pesquisa: Aline Conceição Diba e Nadir Terezinha Skura.

As servidoras foram responsáveis pela coleta, organização e análise dos dados, garantindo a transparência e a confiabilidade das informações levantadas para a contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste contrato serão suportadas por recursos dispostos na dotação orçamentária correspondente no ano de 2025, contas **0990, 2080, 3960, 4600, 5190, 5410, 7160 e 7410**.

Cafelândia-PR, 12 de fevereiro de 2025.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

JOYCELAINE GOMES QUADRA PIEREZAN
Equipe de Apoio da Divisão de Planejamento

ALINE CONCEIÇÃO DIBA
Equipe de Apoio da Divisão de Planejamento

NADIR TEREZINHA SKURA
Equipe de Apoio da Divisão de Planejamento

DAIANDRA DESTRI PASQUAL GALLO
Agente de Planejamento



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Secretaria Municipal de Administração.

Solicitação nº05/2025.

Secretária Municipal de Administração: **ALYS MOTTER TENFEN.**

Prazo: **12 (doze) Meses.**

2. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresenta a iniciativa da Secretaria Municipal de Administração do Município de Cafelândia-PR, visando à implementação do Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Essa medida tem como objetivo atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais de Cafelândia, garantindo os bens essenciais para a segurança dos servidores.

Os itens contemplados neste ETP enquadram-se na categoria de serviços e bens comuns, conforme disposto no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e características gerais e específicas amplamente disponíveis no mercado.

O principal propósito deste ETP é a análise de mercado, com o intuito de identificar soluções mais vantajosas para a Administração Pública, assegurando o cumprimento das normas vigentes e dos princípios que regem a gestão pública.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação tem por objetivo o Registro de Preços para empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), medida essencial para resguardar a integridade física dos servidores e prestadores de serviço que atuam em atividades fundamentais da administração municipal.

Os materiais são imprescindíveis para garantir a segurança durante a execução dos serviços, contribuindo para um ambiente de trabalho mais protegido e eficiente. A contratação está em conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho, que determinam a obrigatoriedade do uso de EPIs em diversos setores da administração pública.

Além disso, o fornecimento dos equipamentos tem como finalidade minimizar ou prevenir riscos à saúde, reduzindo a incidência de doenças ocupacionais de curto e longo prazo. Dessa forma, os EPIs torna-se indispensável para o cumprimento das exigências legais e para assegurar a execução das atividades com segurança e qualidade.

4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo o Registro de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes, calçados e outros itens indispensáveis ao



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

atendimento das necessidades de todas as secretarias da administração municipal. Atualmente, não há licitação vigente para o fornecimento desses materiais, sendo a última realizada por meio do Pregão nº 74/2023.

A abertura deste processo licitatório é essencial para garantir a disponibilidade contínua de materiais fundamentais à segurança, conforto e integridade física dos servidores no desempenho de suas funções. Tais itens são especialmente necessários devido às particularidades das atividades desempenhadas em diferentes áreas da administração pública.

A aquisição de EPIs, uniformes e calçados está em plena conformidade com as normas de segurança do trabalho e representa uma medida preventiva indispensável para a redução de riscos de acidentes e doenças ocupacionais. A ausência desses equipamentos comprometeria não apenas a segurança e o bem-estar dos servidores, mas também a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população de Cafelândia.

Dessa forma, a abertura do processo licitatório é imprescindível para assegurar a proteção dos servidores e garantir a continuidade das atividades administrativas, atendendo às demandas da população com segurança, qualidade e eficiência.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL OU JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE PREVISÃO

A ausência de previsão no Plano de Contratação Anual do município de Cafelândia/PR pode ser justificada pelo fato de que, apesar do Decreto nº 157, de 21 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, estar em vigor, o município ainda não estabeleceu seu próprio Plano de Contratação Anual.

Apesar de não existir um Plano de Contratação Anual, a demanda de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL está prevista no orçamento do município para o ano de 2025. Evidenciando o compromisso com orçamento e despesas locais, também demonstra o compromisso da administração municipal com a continuidade dos serviços públicos e o bem-estar da população.

A dotação orçamentária para essa demanda estão identificadas nas contas **0990, 2080, 3960, 4600, 5190, 5410, 7160 e 7410** indicando que o município possui recursos financeiros reservado para esse fim específico. Ressaltando a capacidade da administração de arcar com os custos associados à contratação da empresa especializada, suprimindo assim as demandas das Secretarias.

Portanto, a disponibilidade de recursos no orçamento municipal para a contratação da empresa especializada reforça a responsabilidade fiscal e o compromisso da administração de Cafelândia em fornecer serviços de qualidade que atendam às demandas da população.

6. REQUISITO PARA CONTRATAÇÃO

Requisitos para a contratação de empresa especializada incluem:

I. Prazo de entrega: Será de 10 (dez) dias úteis, contados do momento do recebimento da requisição de compras, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

II. Local de efetivação do serviço: O local prestação do serviço será definido pela secretaria no momento da requisição de compra. A empresa deverá ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos e atender a todas as exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.

III. Prorrogação: Autoriza contratos de fornecimento contínuo com prorrogação por iguais períodos, desde que devidamente justificado e vantajoso para a administração.

IV. Quantidade mínima: Não será limitada quantidade mínima de serviços por requisição, ficando o fornecedor obrigado a efetuar a entrega ou prestação do serviço no prazo estabelecido.

V. Regularidade fiscal e trabalhista: O fornecedor deve estar regularizado perante os órgãos fiscais e trabalhistas, com certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas.

VI. Montagem: A montagem dos itens necessários será de responsabilidade da empresa fornecedora.

6.1. A prestação de serviço será de forma parcelada (sem ônus a demandante), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. A detentora da Ata deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

6.3. A detentora da Ata deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

As quantidades foram estabelecidas com base nas necessidades das Secretarias pelo período de 12 meses.

Portanto com base na estimativa realizada pela secretaria, o valor a ser licitado para a contratação reflete de forma precisa a real necessidade das Secretarias.

7.1. ITENS A SEREM LICITADOS

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	AVENTAL DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC EM UMA DAS FACES, COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, SOLDADAS ELETRONICAMENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, CA .	UND	150	R\$25,90	R\$ 3.885,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM CA	UND	50	R\$66,03	R\$ 3.301,70
3	APOIO PARA PÉS: COR: PRETO MATERIAL: MADEIRA MDF E MATERIAL RESISTENTE PARTE PLANA EM MADEIRAS PÉS: MATERIAL RESISTENTE DIMENSÕES: REGULÁVEL X 46,5 X 30,5 PESO PRODUTO EMBALADO:1.46 KG CORES: PRETO	UND	50	R\$76,96	R\$ 3.848,00
4	APOIO PARA OS PUNHOS/TECLADO, EM GEL, PROPORCIONA ERGONOMIA E CONFORTO! O APOIO DE PULSO EM GEL POSSUI SUPERFÍCIE COM FUROS PARA MASSAGEM E ALTURA IDEAL PARA EVITAR LESÕES NOS PULSOS. ALÉM DE REDUZIR A TENSÃO NAS MÃOS, CONTA COM BASE ANTIADERENTE.	UND	100	R\$41,00	R\$ 4.100,00
5	BLUSAS PARA PROTEÇÃO DO FRIO NO INVERNO NOS TAMANHOS P, M, G & GG. (LAVADORES NA RAMP A E TRAB. EM GERAL)	UND	200	R\$160,33	R\$ 32.066,67
6	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	60	R\$75,61	R\$ 4.536,70
7	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	60	R\$79,48	R\$ 4.768,92
8	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	60	R\$85,77	R\$ 5.146,20
9	BOTA DE PVC FORRADA CANO EXTRALONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 37 Á 43 NA COR	PAR	60	R\$120,98	R\$ 7.258,50



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	PRETA COM AMARRAS NA BORDA DO CANO.				
10	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	50	R\$96,82	R\$ 4.840,90
11	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	50	R\$79,49	R\$ 3.974,67
12	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	50	R\$79,11	R\$ 3.955,50
13	BOTINAS DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM BORRACHA. (TIPO PNEU), MODELO ELÁSTICO/ ZÍPER COM PALMILHA. COM CA. Nº 36 Á 45	PAR	60	R\$188,00	R\$ 11.279,85
14	BOTINA DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM PU, BI DENSIDADE INJETADO, MODELO ELÁSTICO, COM PALMILHA ANTIBACTERIANA. COM CA. Nº 33 Á 45	PAR	200	R\$97,37	R\$ 19.473,00
15	CADEIRAS ERGONÔMICAS PRESIDENTE, ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA, REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA, BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIA, TECIDO AERO, ATENDA A NR.17, NORMA ABNT NBR 300, NBR 14006, ISSO 9001, GARANTIA DE 05 ANOS NO MINIMO, COR A SER DEFINIDA. A MONTAGEM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA	UND	40	R\$894,83	R\$ 35.793,33
16	CADEIRAS ERGONÔMICAS DIRETOR, ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA, REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA,	UND	40	R\$665,32	R\$ 26.612,73



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIA, TECIDO AERO, ATENDA A NR.17, NORMA ABNT NBR 300, NBR 14006, ISSO 9001, GARANTIA DE 05 ANOS NO MINIMO, COR A SER DEFINIDA. A MONTAGEM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA.				
17	CADEIRA SECRETÁRIA ERGONÔMICA, ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA, REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA, BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIA, TECIDO AERO, ATENDA A NR.17, NORMA ABNT NBR 300, NBR 14006, ISSO 9001, GARANTIA DE 05 ANOS NO MINIMO, COR A SER DEFINIDA. PELO DEPARTAMENTO SOLICITANTE. MARCA DE REFERÊNCIA: PLAXMETAL. A MONTAGEM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA	UND	60	R\$452,49	R\$ 27.149,50
18	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BUTINA NOBUCK, EM COURO COM CA, FECHAMENTO EM CADARÇO, BIQUEIRA EM POLIPROPILENO, E SOLADO BI COMPONENTE (ENTRE SOLA EM EVA E SOLA DE BORRACHA) DE N.º 35 AO 45	PAR	100	R\$130,81	R\$ 13.081,17
19	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM MANGAS, CAPUZ CONJUGADO, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA		300	R\$130,84	R\$ 39.251,40
20	CALÇA IMPERMEÁVEL CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM CORDÃO NO CÓZ	UNID.	200	R\$120,00	R\$ 24.000,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	PARA AMARRAR, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, TAMANHO P, M, G & GG.COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA				
21	VESTIMENTAS IMPERMEÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, NAS CORES BRANCO, VERDE, AZUL, ROSA, VERMELHAS, ETC, DESCARTÁVEIS, TIPO CONJUNTO CALÇA/ CAMISA/ BLUSA COM ELÁSTICO NOS PUNHOS NOS TAMANHOS: P; M, G; GG & EXG	UNID	200	R\$44,77	R\$ 8.953,50
22	CALÇA EM BRIM/ ALGODÃO (PARA LAVADORES NA RAMPA) TAMANHO P, M, G, & GG. (CORES AZUL OU MARROM)	UNID.	50	R\$107,82	R\$ 5.391,00
23	CAMISAS GOLA POLO NAS CORES AZUL OU MARROM PARA LAVADORES NA RAMPA DE LAVAGEM TAMANHO, P, M, G & GG	UNID.	50	R\$52,86	R\$ 2.642,80
24	CALÇA EM LONA IMPERMEÁVEL TIPO JARDINEIRAS, COM BOTA ACOPLADAS, PARA TRABALHOS EM AMBIENTES MOLHADOS, TAMANHOS VARIÁVEIS Nº 34 AO Nº 44	UND	100	R\$272,13	R\$ 27.212,50
25	CAPACETE PARA ELETRICISTA PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA OU PARTE CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS, CHOQUES ELÉTRICOS, QUEIMADURAS, AÇÃO DE CHUVAS E RAIOS SOLARES. COM GARGANTILHA; COM CA. CORES À ESCOLHER	UND	10	R\$85,67	R\$ 856,67
26	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER. COM GARGANTILHA, COM CA. CORES À ESCOLHER	UND	10	R\$70,87	R\$ 708,70



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

27	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER, COM GARGANTILHA ABAFADOR ACOPLADO, COM CA. CORES À ESCOLHER	UNID	10	R\$ 105,67	R\$ 1.056,67
28	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA EM POLIÉSTER, 01 FIVELA DE AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE PEITORAL, 3 MEIAS- ARGOLAS EM D, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UND	10	R\$218,80	R\$ 2.187,98
29	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA EM POLIÉSTER, 01 FIVELA DE AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE PEITORAL, 3 MEIAS- ARGOLAS EM D, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM OS RESPECTIVOS TALABARTES, EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	CONJ.	20	R\$317,25	R\$ 6.345,08
30	CINTURÃO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA EM POLIÉSTER, ESTILO ABDOMINAL COM 02 ANCORAGENS LATERAIS EM AÇO, ENCAIXE PARA FERRAMENTAS. E TALABARTE EM FITA DE POLIÉSTER COM GANCHOS DE SEGURANÇA. COM C A.	UND	10	R\$439,29	R\$ 4.392,94
31	CHAPÉU MASCULINO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DA SECRETARIA. TAMANHO P, M, G & GG	UND	100	R\$54,98	R\$ 5.498,00
32	CHAPÉU FEMININO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA E LAÇO;	UND	50	R\$65,00	R\$ 3.249,90



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DAS SECRETARIAS TAMANHO P/M/G				
33	CARTUCHO QUÍMICO MULTIGASES PARA RESPIRADOR SEMIFACIAL, VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CAIXA COM 4 UNIDADES	CX	20	R\$82,50	R\$ 1.650,00
34	CAVALETE DE ALERTA DE PISO MOLHADO/ESCORREGADIO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (PVC).	UND	50	R\$84,64	R\$ 4.231,75
35	COLETE REFLETIVO TIPO X	UNID.	50	R\$24,46	R\$ 1.223,17
36	COLETE REFLETIVO TIPO REGATA, FECHO EM VELCRO NA FRENTE	UNID.	50	R\$44,73	R\$ 2.236,42
37	LANTERNA, COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 10 LED TAMANHO MÉDIO	UNID.	20	R\$145,48	R\$ 2.909,50
38	LANTERNA COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 15 LED TAMANHO GRANDE.	UNID.	20	R\$204,73	R\$ 4.094,60
39	LANTERNA TÁTICAS ZOOM TELESCÓPICO ALTA INTENSIDADE QUALIDADE E ECÔNOMIA CARACTERÍSTICAS: - MODELO DO LED: T9 P50 (XMLT9 XHP50) - AJUSTE DE FOCO (ZOOM) - RESISTENTE A ÁGUA (NÃO DEVE SER SUBMERSA) - MATERIAL: LIGA DE MAGNÉSIO EM ALTA RESISTÊNCIA - ZOOM: SISTEMA DE FOCO REGULÁVEL - 1 A 2000 VEZES - 30% MAIS FORTE QUE O LED T6, ATÉ 100.000 HORAS DE USO. - ALIMENTAÇÃO: 1 X BATERIA LI-ION 26650 - DIMENSÕES: 3,5CM X 18,2CM X 4,0CM - PESO: 260G	UNID.	50	R\$196,23	R\$ 9.811,25
40	LANTERNA RECARREGÁVEL QUADRADA À BATERIA 12 LEDS	UNID.	20	R\$266,67	R\$ 5.333,33
41	LUVA EM LÁTEX NATURAL RANHURADA TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE	PAR	1000	R\$12,66	R\$ 12.660,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO				
42	LUVA NITRÍLICA, TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	700	R\$12,31	R\$ 8.617,00
43	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO CURTO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	PAR	500	R\$45,94	R\$ 22.971,25
44	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$50,00	R\$ 24.998,75
45	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$50,89	R\$ 25.445,00
46	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA, TIRA DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA, ELÁSTICO NO PUNHO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	700	R\$47,14	R\$ 32.998,00
47	LUVA MISTA CONFECCIONADA NO DORSO EM RASPA E NA PALMA DA MÃO EM VAQUETA, COM REFORÇO EM VAQUETA ENTRE O DEDO POLEGAR E O INDICADOR, COM CA, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	PAR	400	R\$53,33	R\$ 21.333,33



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO				
48	LUVA GREN VOLK (PEGASUS) COM CA, CA: 46819 RESISTÊNCIA MECÂNICA – EN388 – DESEMPENHO 1121A RESISTÊNCIA TÉRMICA (CALOR) EN407 – DESEMPENHO X2XXXX TAMANHOS: 9 (G) 10(EG) 11(EEG) USO: REUTILIZÁVEL FORMATO: ANATÔMICO ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL MODELO DA ESTRUTURA: MONTADO/ COSTURADO MATERIAL SUPORTE: FIBRAS NATURAIS PUNHO: MALHA GRIP: CORRUGADO/ RUGOSO	PAR	2000	R\$31,26	R\$ 62.525,00
49	LUVA DE PLÁSTICA SILICONADA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, 80 CM (CAIXA COM 100 UNIDADES). COM CA	CX	50	R\$125,10	R\$ 6.255,00
50	LUVA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES NOS TAMANHOS, P, M, G & GG; COM C A.	CX	400	R\$55,00	R\$ 22.000,00
51	LUVA FLEXTACTIL - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NYLON, RECOBERTA DE POLIURETANO NA PALMA, COM PUNHO EM ELÁSTICO, COM CA	PAR	2000	R\$15,71	R\$ 31.420,00
52	MACACÃO PARA PULVERIZAÇÃO COM HERBICIDAS, AGROTÓXICOS EM POLIAMIDA COM CAPUZ FECHAMENTO POR ZÍPER COM ELÁSTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS.	UND	200	R\$203,15	R\$ 40.629,50
53	MACACÃO DE SEGURANÇA COM CAPUZ CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO COM CAMADA DE FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; FECHAMENTO FRONTAL	UND	200	R\$179,50	R\$ 35.899,50



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	ATRAVÉS DE ZÍPER / E OU VELCRO E PALA PROTETORA, ELÁSTICO NO CAPUZ, MANGAS E TORNOZELOS, COSTURAS REFORÇADAS. TAMANHO M, G, & GGC/ CA.				
54	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ¹ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	2000	R\$3,70	R\$ 7.400,00
55	MASCARA DESCARTÁVEL, TIPO SEMIFACIAL FILTRANTE, MODELO DOBRÁVEL, CLASSE PFF ² , COM SOLDA ELETRÔNICA EM TODO PERÍMETRO, CONFECCIONADA COM MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, PARA PARTÍCULAS P2, DOTADA DE VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA MAIOR CONFORTO E COM ELÁSTICOS PARA FIXAÇÃO E AJUSTE À CABEÇA DO USUÁRIO. PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS, COM CA.	UND	1000	R\$5,72	R\$ 5.720,00
56	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ³ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, E VÁLVULA RESPIRATÓRIA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	100	R\$7,85	R\$ 784,75
57	MANGOTES EM RASPAS, COM TIRAS DE FIXAÇÃO DO MESMO MATERIAL, PASSANDO PELOS OMBROS, COM CA	PAR	50	R\$46,32	R\$ 2.315,88
58	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL.	UND	50	R\$55,77	R\$ 2.788,50
59	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, INCOLOR, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	300	R\$16,22	R\$ 4.865,40
60	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, FUMÊ, COM CERTIFICADO DE	UND	300	R\$31,69	R\$ 9.506,40



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA				
61	RESPIRADOR SEMIFACIAL, QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO COM TIRANTES EM ELÁSTICO, COM DUAS VÁLVULAS DE INALAÇÃO E UMA DE EXALAÇÃO, INCLUINDO PAR DE FILTROS VO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	50	R\$48,50	R\$ 2.424,88
62	RESPIRADOR/MÁSCARA REUTILIZÁVEIS TAMANHO "M E G", PURIFICADOR DE AR SEMIFACIAL, MULTIGASES DUPLA FILTRAGEM, EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA COR PRETA, VÁLVULAS DE INALAÇÃO COM JUNTA DE VEDAÇÃO PARA FILTROS QUÍMICOS OU SUPORTE PARA ENCAIXE DE FILTRO MECÂNICO. C/QUATRO HASTES E DOIS TIRANTES ELÁSTICOS FIXADOS ATRAVÉS DE PRESILHAS DE AJUSTE E DOTADOS DE SUPORTE PARA A CABEÇA. C/ C A	UND	50	R\$69,25	R\$ 3.462,38
63	PERNEIRA DE RASPA, COM COBERTURA NO METATARSO E COM FECHAMENTO EM VELCRO, FIO-DE-AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	50	R\$54,54	R\$ 2.727,00
64	PERNEIRA EM COURO SINTÉTICO, COM CINCO TALAS DE PROTEÇÃO, COM CA – (NEXUS CA 19667)	PAR	50	R\$57,44	R\$ 2.872,00
65	PROTETOR AUDITIVO, TIPO CONCHA, COM HASTE E SUPORTE DO ABAFADOR CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO, CONCHAS CONFECCIONADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, ALMOFADA EXTERNA FABRICADA EM ESPUMA DE NÁILON REVESTIDA COM CAPA POR COLAGEM E ALTA	UND	50	R\$39,55	R\$ 1.977,50



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	TEMPERATURA E FILTROS INTERNOS CONFECCIONADOS EM ESPUMA DE FORMATO OVAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.				
66	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM SILICONE COM CORDÃO EM FIO DE SEDA. COM C A	UND	400	R\$7,10	R\$ 2.840,00
67	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM ESPUMA MOLDÁVEL. COM C A	UND	200	R\$4,14	R\$ 827,00
68	SOMBRINHAS PARA PROTEÇÃO DO SOL (ACS)	UND	100	R\$80,43	R\$ 8.042,50
69	SUPORTE FIXO PARA MONITOR, - EVITE LESÕES COM MELHOR POSTURA! - IDEAL PARA QUALQUER TIPO DE MONITOR: LCD OU CONVENCIONAL - ALTAMENTE RESISTENTE, SUPORTA MAIS DE 40KG - AJUSTE DE ALTURA ATÉ 17CM - 4 NÍVEIS PARA AJUSTE - MELHOR POSTURA E MENOS LESÕES CORPORAIS - ALTURA MÍNIMA: 4,5 CM - ALTURA MÁXIMA: 17 CM - PÉS DESMONTÁVEIS - ACABAMENTO BLACK PIANO - DIMENSÕES: 27 X 33,5 X 6,8 CM	UND	40	R\$125,98	R\$ 5.039,00
70	TALABARTE EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	10	R\$319,63	R\$ 3.196,33
71	TOUCA EM TNT DESCARTÁVEL (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PCT	200	R\$50,86	R\$ 10.171,60
72	TOUCA/ CHAPÉU ÁRABE C/ABA EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO. C/C NA COR AZUL, COM CA	UND	500	R\$40,66	R\$ 20.329,17
73	TRAVA-QUEDA EM AÇO UTILIZADO PARA CABO DE AÇO DE 8 MM, DUPLO TRAVAMENTO, MOLA DE POSICIONAMENTO,	UND	10	R\$523,50	R\$ 5.235,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	MOSQUETÃO EM AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA 14958.				
74	CREME PROTETOR SOLAR FATOR 60FPS, COM AÇÃO REPELENTE, 60X UVB, 20X UVA, VITAMINA E, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÓLEO, 120ML.	UND	800	R\$53,18	R\$ 42.545,60
75	CREME PROTETOR SOLAR FATOR 60FPS, 60X UVB, 20X UVA, VITAMINA E, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÓLEO, 120ML.	UND	400	R\$37,32	R\$ 14.927,33
76	REPELENTE DE INSETOS, DURA ATÉ 4 HORAS DE PROTEÇÃO, SPRAY, 100ML.	UND	400	R\$ 31,62	R\$ 12.646,40
77	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA CURTA.	UND	50	R\$124,75	R\$ 6.237,50
78	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA LONGA.	UNI.	150	R\$111,10	R\$ 16.665,00
79	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA CURTA. NA COR AZUL TAMANHO "M, G, & GG PARA SERVIÇOS GERAIS	UND	150	R\$254,84	R\$ 38.226,25
80	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA CURTA. NA COR MARROM TAMANHO "M, G, & GG;. PARA LAVADORES NO POSTO DE LAVAGEM	UND	50	R\$293,98	R\$ 14.698,90
81	CAMISA EM MALHA DECOTE EM V, CORES DIVERSAS, NOS TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	100	R\$83,01	R\$ 8.301,00
82	CAMISA EM MALHA, GOLA POLO EM CORES DIVERSAS, TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	100	R\$99,71	R\$ 9.970,50
83	CAMISA ESTILO SOCIAL MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. TECIDO & CORES A ESCOLHER. (PARA MOTORISTAS OPERADORES E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS). NOS TAMANHOS Á DEFINIR.	UNI	100	R\$167,00	R\$ 16.700,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

84	CAMISA EM FIO, GOLA POLO, MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. CORES E TAMANHOS Á DEFINIR	UNI	150	R\$61,18	R\$ 9.177,00
85	JAQUETAS PARA FUNCIONÁRIO DA AGRICULTURA E SVOSP, JAQUETAS EM TECIDO POLIÉSTER, IMPERMEÁVEL, COM FORRO EM TACTEL, COM DOIS BOLSOS EXTERNOS E UM BOLSO INTERNO, COM ELÁSTICO NA BARRA E NOS PUNHOS, COM FECHO EM ZÍPER, EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL (BRASÃO) NA ALTURA DO PEITO AO LADO ESQUERDO, UMA BANDEIRA DO MUNICÍPIO NO OMBRO ESQUERDO E A BANDEIRA DO PARANÁ NO OMBRO DIREITO, COM ESCRITA NAS COSTAS, NA ALTURA DA OMOPLATA COM OS DIZERES " PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA PR" NAS CORES PRETAS OU AZUL ESCURO, OS EMBLEMAS E AS ESCRITAS PODEM SER EM SERIGRAFIA OU BORDADOS. EM TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS.	UND	100	R\$233,45	R\$ 23.345,00
86	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES VERDE BANDEIRA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS EM AMBAS AS PERNAS NA ALTURA SOBRE O MEIO DA CANELA, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS	UND	200	R\$125,00	R\$ 25.000,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX.				
87	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES AZUL/ MARROM, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX. (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIIS)	UND	100	R\$115,18	R\$ 11.518,00
88	CAMISAS 1: EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, . NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIIS)	UND	400	R\$66,74	R\$ 26.696,00
89	CAMISAS 2: - EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA LONGA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES	UND	200	R\$64,00	R\$ 12.800,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS)				
90	CAMISAS 3: EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA TIPO ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG.	UND	150	R\$77,67	R\$ 11.650,00
91	CAMISAS 4: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	100	R\$77,67	R\$ 7.766,67



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

92	CAMISAS 5: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	200	R\$82,00	R\$ 16.400,00
93	CAMISAS 6: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	50	R\$82,00	R\$ 4.100,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

94	COTURNO TÁTICO IMPERMEÁVEL, COSTURAS REFORÇADAS, IMPERMEÁVEL, SOLADO ABS VULCANIZADO, PALMILHA EVA DE ALTA RESILIÊNCIA E PERFORMANCE; FORRADA COM TECIDO ATOALHADO COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, COURO COM ACABAMENTO LISO 1.8 ESPESSURA, COLARINHO E LINGUETA TIPO FOLEN EM NAPA VACUM; PASSADORES E GANCHOS EM POLÍMERO FIXADOS POR REBITES DE METAL; CADARÇOS EM POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE DE 136 FIOS. SISTEMA DE FIXAÇÃO DE PROTEÇÃO ESTENDIDA EM SBR, COM ALTURA DE 4CM A PARTIR DA BORDA DO SOLADO, SISTEMA ONDE A FIXAÇÃO DA PROTEÇÃO EM SBR NO CABEDAL É FEITA PELO SISTEMA DE FUSÃO QUÍMICA EM REATOR À ALTA PRESSÃO E ALTA TEMPERATURA.	PAR	80	R\$489,25	R\$ 39.140,00
95	TONFA; TONFA TÁTICA FEITA DE MATERIAL RESISTENTE, IDEAL PARA AUTODEFESA E CONTROLE DE MULTIDÕES. DESIGN ERGONÔMICO, FÁCIL DE MANUSEAR, COM EMPUNHADURA ANTIDESLIZANTE. COMPACTA E DURÁVEL.	UND	40	R\$108,25	R\$ 4.330,00
96	PORTA TONFA; PORTA TONFA EM NYLON BALÍSTICO, COM COSTURAS REFORÇADAS E FECHAMENTO EM VELCRO. PERMITE FIXAÇÃO SEGURA NO CINTO TÁTICO, OFERECENDO ACESSO RÁPIDO À TONFA DURANTE OPERAÇÕES. RESISTENTE E PRÁTICO.	UND	40	R\$94,44	R\$ 3.777,60
97	CINTO TÁTICO; CINTO TÁTICO DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, COM FECHAMENTO RÁPIDO EM VELCRO E FIVELA DE AJUSTE. IDEAL PARA CARREGAR	UND	40	R\$92,18	R\$ 3.687,20



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	EQUIPAMENTOS COMO COLDRES E LANTERNAS. CONFORTÁVEL E DURÁVEL				
98	LANTERNAS; LANTERNA TÁTICA COMPACTA, COM LED DE ALT ALTA BOTENCIA E MODOS DE ILUMINAÇÃO AJUSTÁVEIS. CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO RESISTENTE, À PROVA D'ÁGUA E COM BATERIA RECARREGÁVEL.	UND	20	R\$194,52	R\$ 3.890,40
99	CALÇA OPERACIONAL RIPSTOP TECIDO RIPSTOP TÁTICO; COR AZUL; BORDADO COM BRASÃO NA PERNA ESQUERDA;BOLSOS LATERAIS E BOLSOS FRONTAIS ESQUERDO E DIREITO;COSTURAS REFORÇADAS.	UND	80	R\$ 193,94	R\$ 15.515,20
100	CAMISA TÉRMICA MANGA LONGA TECIDO TÉRMICO DEZ;COR AZUL; BOLSOS NO LADO DIREITO E ESQUERDO; BANDEIRA DO BRASIL NO BRAÇO DIREITO E BANDEIRA DO PARANÁ NO BRAÇO ESQUERDO; ESTAMPA "VIGILANTE MUNICIPAL".	UND	80	R\$ 95,00	R\$ 7.600,00
101	CAMISA MANGA CURTA TECIDO TÉRMICO DEZ; COR AZUL; BORDADO NO LADO ESQUERDO DA FRENTE COM BRASÃO PFMC; ESTAMPA "VIGILANTE MUNICIPAL".	UND	80	R\$ 141,93	R\$ 11.354,40
102	BLUSA DE INVERNO TECIDO TÉRMICO;COR AZUL;ESTAMPA "VIGILANTE MUNICIPAL".	UND	80	R\$ 252,33	R\$ 20.186,40
103	BOINA;COR AZUL;MODELO TÁTICO FLEXÍVEL.	UND	80	R\$ 104,82	R\$ 8.385,60
104	GANDOLA;COR AZUL;MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL.	UND	80	R\$ 214,24	R\$ 17.139,20



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

105	COLETE TÁTICO OPERACIONAL COR AZUL-MARINHO; COM PORTA-ALGEMA, PORTA- CHAVES, COLDRE, PORTA- CELULAR E PORTA EPI'S; COSTURAS REFORÇADAS.	UND	40	R\$ 340,35	R\$ 13.614,00
106	PATCH PARA COLETE BALÍSTICO/OPERACIONAL; INSCRIÇÃO "PATRULHA MUNICIPAL"; MATERIAL EMBORRACHADO E/OU BORDADO; COSTURAS REFORÇADAS.	UND	40	R\$ 33,24	R\$ 1.329,60
VALOR TOTAL					R\$1.308.025,60

O valor total é de **R\$1.308.025,60 (Um Milhão, Trezentos e Oito Mil, Vinte e Cinco Reais e Sessenta Centavos).**

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Como parte do levantamento de mercado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), foram analisadas diversas opções disponíveis no setor, considerando fatores como qualidade, durabilidade, conformidade com as normas regulamentadoras e preços praticados.

A pesquisa envolveu consultas a fornecedores especializados, levantamento de especificações técnicas dos produtos e análise comparativa de custos, com o objetivo de identificar as soluções mais vantajosas para a administração municipal. Além disso, avaliou-se a viabilidade de comprar por meio de processos individuais, constatando que essa alternativa resultaria em custos mais elevados e dificuldades na padronização dos materiais.

Diante desse cenário, a opção mais eficiente e economicamente favorável é a contratação por meio de **Pregão**, modalidade que possibilita melhores condições comerciais, maior competitividade entre fornecedores e a garantia de fornecimento contínuo dos EPIs essenciais à segurança dos servidores.

O **Registro de Preços** para esses materiais é fundamental para atender às exigências das normas de segurança do trabalho, minimizando riscos de acidentes e doenças ocupacionais, além de assegurar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela administração municipal.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO A SER LICITADO

A **estimativa de preço para a contratação é de R\$1.308.025,60 (Um Milhão, Trezentos e Oito Mil, Vinte e Cinco Reais e Sessenta Centavos).**

Pesquisa de Preço: A pesquisa de preços foi realizada por meio de fornecedores locais, consulta a bancos de preços, plataforma BLL e levantamentos na internet, garantindo uma análise ampla e atualizada do mercado. Os orçamentos fornecidos por fornecedores foram obtidos diretamente pela Secretaria Demandante.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Para garantir maior precisão na estimativa, foram excluídos os valores discrepantes, tanto para mais quanto para menos, assegurando que a média de preços reflita a realidade do mercado.

Responsáveis pela Pesquisa: Aline Conceição Diba e Nadir Terezinha Skura.

As servidoras foram responsáveis pela coleta, organização e análise dos dados, garantindo a transparência e a confiabilidade das informações levantadas para a contratação.

10. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E ESCRITÓRIO “COMPRA PARANÁ”

Em cumprimento ao decreto municipal que estabeleceu o escritório “Compra Paraná”, decreto 039/2023, nos termos do artigo 7º § 3º, para a possibilidade de aplicação da prioridade da licitação para empresas locais enquadradas, foi realizada consulta junto a o Departamento de Fiscalização de Administração desta municipalidade buscando empresas que possuam em seus CNAE’S atividades que satisfaçam o objeto da licitação.

Nesta busca, foram identificadas empresas no município de Cafelândia que estão aptas a participar do processo de licitação DFD nº 02/2025 da Secretaria Municipal de Administração.

A licitação será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A solução escolhida para contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é a realização de um pregão eletrônico.

a) Benefícios do pregão eletrônico:

I. Agilidade: O pregão eletrônico proporciona um processo mais rápido, reduzindo o tempo necessário para a conclusão da licitação.

II. Transparência: Todas as etapas do processo licitatório são realizadas de forma eletrônica, garantindo transparência e imparcialidade na seleção do fornecedor.

III. Competitividade: A modalidade de pregão eletrônico promove a competição entre os fornecedores, resultando em melhores condições e preços para o órgão contratante.

IV. Ampla participação: Através do pregão eletrônico, é possível alcançar um maior número de fornecedores, aumentando as opções disponíveis e a possibilidade de obter o melhor custo-benefício.

Com o pregão eletrônico, será possível realizar uma análise detalhada das propostas recebidas, assegurando que a prestação de serviço atenda plenamente às necessidades da Secretaria, bem como aos critérios estabelecidos.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) será realizada **por itens**, considerando que cada item é independente e pode ser adquirido separadamente, conforme a necessidade das secretarias municipais.

Essa abordagem contribui para **maior competitividade no processo licitatório**, ampliando a participação de diversas empresas fornecedoras, sem comprometer a economia de escala. Dessa forma, tanto pequenos quanto grandes fornecedores podem concorrer de maneira justa, garantindo melhores condições comerciais para a administração pública.

Além disso, essa estratégia assegura que os produtos atendam aos padrões de qualidade exigidos, permitindo que cada secretaria municipal receba os materiais necessários de forma **eficiente e pontual**, garantindo a segurança dos servidores no desempenho de suas atividades.

13. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

A contratação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tem como finalidade garantir a segurança e a integridade física dos servidores municipais, bem como a eficiência na gestão dos recursos públicos. Dessa forma, os principais objetivos a serem alcançados são:

- a) Atender às demandas das diversas Secretarias Municipais** – Assegurar que cada secretaria receba os EPIs necessários para o desempenho seguro de suas atividades, proporcionando condições adequadas de trabalho e prevenindo riscos ocupacionais.
- b) Alcançar economia em escala** – Viabilizar os pedidos unificados dos equipamentos, permitindo a negociação de melhores condições contratuais, a otimização dos recursos financeiros e a redução de custos, sem comprometer a qualidade e a segurança dos produtos adquiridos.
- c) Garantir a segurança no trabalho** – Fornecer equipamentos adequados para a proteção dos servidores, reduzindo a incidência de acidentes e doenças ocupacionais, em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

Dessa forma, a presente contratação busca assegurar um ambiente de trabalho mais seguro, eficiente e economicamente viável para a administração pública municipal.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO CONTRATO

Não se faz necessária providências prévias a contratação.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Atualmente, não há licitação vigente de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Diante disso, torna-se necessária a realização de um novo processo licitatório, a fim de garantir a proteção individual e coletiva dos servidores e prestadores de serviço da administração municipal, assegurando condições adequadas de segurança no desempenho de suas atividades.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Impactos ambientais:

- a) **Geração de resíduos sólidos** – O descarte de EPIs usados, como máscaras, luvas, aventais, calçados de segurança e capacetes, pode aumentar a quantidade de resíduos sólidos urbanos, especialmente quando feito sem gerenciamento adequado.
- b) **Materiais de difícil decomposição** – Muitos EPIs são fabricados com plásticos, borrachas e polímeros sintéticos que possuem um longo ciclo de degradação, contribuindo para o acúmulo de resíduos no meio ambiente.
- c) **Contaminação ambiental** – O descarte inadequado de EPIs contaminados por agentes químicos ou biológicos pode gerar riscos à saúde pública e ao meio ambiente, podendo comprometer o solo e os recursos hídricos.
- d) **Emissões de carbono** – O processo de fabricação, transporte e distribuição dos EPIs demanda o consumo de energia e combustíveis fósseis, resultando na emissão de gases de efeito estufa.

Medidas de Tratamento e Mitigação

Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da aquisição e uso de EPIs, a administração municipal adotará as seguintes medidas:

- a) **Gerenciamento adequado de resíduos** – Implementação de diretrizes para o descarte correto dos EPIs, com separação e destinação conforme as normas ambientais e sanitárias vigentes.
- b) **Aquisição sustentável** – Priorizar a compra de EPIs fabricados com materiais recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, reduzindo a geração de resíduos poluentes.
- c) **Logística reversa e reciclagem** – Estabelecimento de parcerias com fornecedores que possuam programas de logística reversa para recolhimento e reaproveitamento de EPIs descartados.
- d) **Uso racional e conscientização** – Capacitação dos servidores sobre o uso consciente dos EPIs e a importância da destinação correta após o uso, incentivando práticas ambientalmente responsáveis.

Com a adoção dessas medidas, a administração municipal busca equilibrar a necessidade de proteção dos trabalhadores com a preservação ambiental, garantindo uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

17. ANÁLISE DE RISCO

Riscos da contratação:

- a) **Risco inadequada** – Compra de EPIs que não atendam às normas de segurança ou sejam incompatíveis com as necessidades dos servidores, comprometendo a proteção e a funcionalidade dos equipamentos.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Mitigação: Especificação técnica detalhada no edital, com exigência de certificações de qualidade e conformidade com normas regulamentadoras.

b) Risco de entrega fora do prazo – Atrasos na entrega dos EPIs podem prejudicar a continuidade das atividades dos servidores, expondo-os a riscos ocupacionais.

Mitigação: Estabelecimento de prazos rigorosos no contrato, com penalidades para descumprimentos e exigência de plano logístico detalhado por parte do fornecedor.

c) Risco de qualidade inferior – Fornecimento de produtos com qualidade inferior à especificada, o que pode comprometer a segurança dos servidores.

Mitigação: Realização de testes de qualidade nos EPIs recebidos e exigência de amostras antes da adjudicação do contrato.

d) Risco de sobrepreço ou superfaturamento – Possibilidade de aquisição dos EPIs por valores acima dos praticados no mercado, gerando prejuízo à administração pública.

Mitigação: Pesquisa de preços ampla, incluindo referências de contratos similares e uso de banco de preços públicos para garantir valores justos.

e) Risco de descumprimento contratual – O fornecedor pode não cumprir integralmente as obrigações contratuais, entregando quantidades menores ou produtos divergentes do contratado.

Mitigação: Fiscalização contínua do contrato, aplicação de penalidades previstas e análise criteriosa da capacidade técnica e financeira da empresa antes da contratação.

f) Risco ambiental – O descarte inadequado dos EPIs pode gerar impactos ambientais, como contaminação do solo e aumento do volume de resíduos sólidos.

Mitigação: Inclusão de exigências de logística reversa no contrato, além da adoção de práticas sustentáveis na aquisição e no uso dos equipamentos.

g) Risco de desabastecimento – Falta de EPIs essenciais pode comprometer a segurança dos trabalhadores e prejudicar as operações da administração municipal.

Mitigação: Planejamento adequado da demanda, garantindo a realização de contratações preventivas e prevendo estoques mínimos.

Com a adoção dessas medidas, busca-se garantir uma contratação eficiente, segura e economicamente viável, assegurando a proteção dos servidores e a conformidade com os princípios da administração pública.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A natureza dos serviços a serem contratados, relacionados à Equipamentos de Proteção Individual (EPI), enquadra-se como "bens e serviços comuns", conforme previsto no inciso

A contratação se faz viável, garantindo a continuidade dos serviços com



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

qualidade e segurança. Essa escolha visa assegurar celeridade, eficiência e transparência no processo de contratação, promovendo a competitividade e garantindo as melhores condições para a administração.

Cafelândia-PR, 24 de janeiro de 2024.

Responsável pela elaboração:

ALCEU LIMA PRAXEDES

Matrícula: **79801**

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pela responsável por sua elaboração, fica devidamente aprovado pelas autoridades competentes.

ALYS MOTTER TENFEN
Secretária Municipal de Administração



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para, objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº xxx/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Termo de Referência.

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$
2	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER)

A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os **Lotes** de no mínimo _____, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(preferencialmente em papel timbrado da licitante)

Ao Pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2025

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/Depósito: Banco: Agência:.....

8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Cidade:.....Bairro.....Rua:.....n°CEP.....

9) Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº xxx/2025** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº <NUMERO>/20XX.

MODALIDADE LICITAÇÃO Nº <NUMERO>/20XX

VALIDADE DA ATA: XX (XXX) MESES

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Cafelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.121.878/0001-72, na Rua Vereador Luiz Picolli nº 299, cep: 85.415-000, Centro, doravante denominado Prefeitura, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Culestino Kiara, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2021, matrícula nº 767321770, considerando o julgamento da licitação na modalidade de (MODALIDADE#LICITAÇÃO) Nº <NUMERO>/20XX, homologada em <DTHOMOLOGACAOLIC>, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR/DETENTOR DA ATA: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, sediada na <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, Telefone:<FORNECEDOR.CONTRATO#T&TELEFONE>, e-mail: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&EMAILFORNECEDOR>, na cidade de <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF> inscrita no CNPJ sob o nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual e futuras contratação de empresa especializada para XX, conforme especificado(s) no(s) item(ns) abaixo e Termo de Referência constatado no **Processo Administrativo nº XX/20XX – (Modalidade licitação) nº <NUMERO>/20XX**, que é parte integrante desta Ata de Registro de Preços, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Descrição:

<ITENS#ATA>

Valor total da Ata de Registro de Preços R\$ <VALOR>.

2.2. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, tais como fretes, taxas de entrega, tributos etc, sem qualquer ônus para a Administração.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.3. Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das Secretarias do Município, através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Os prazos de duração e de vigência da ATA do REGISTRO DE PREÇOS será de **XX (XX) MESES**, contados da data de assinatura da ATA, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA (conforme termo de referencia ou edital)

4.1. O objeto desta ata de Registro de Preços será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

4.2. **Prazo de entrega:** Será **de XX (XX) dias úteis**, contados do momento do recebimento da requisição de compras, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.

4.3. **Local de entrega:** O local de entrega será definido pela Secretária demandante. A **DETENTORA DA ATA** deve ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos e atender a todas as exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.

I. As despesas provenientes da entrega serão suportadas pela **DETENTORA DA ATA**.

II. Cabe ao entregador aguardar o funcionário responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.

III. Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado neste Termo.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os itens poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo **XXX (XX) dias**, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. FORMA DE PAGAMENTO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da data dos serviços prestados, acompanhado de Nota Fiscal/Fatura, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
 $I = (TX / 100) / 365$
 $EM = I \times N \times VP$, em que:
I = índice de atualização financeira;
TX = percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = encargos moratórios;
N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e
VP = Valor da parcela em atraso.
- 6.6. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 6.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a. o prazo de validade;
b. a data da emissão;
c. os dados do contrato e do órgão contratante;
d. o período respectivo de execução do contrato;
e. o valor a pagar; e
f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 6.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 6.10. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a **Prefeitura Municipal de Cafelândia, CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72**.
- 6.11. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante. Conforme Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- 6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.15. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 089, de 03 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Cafelândia/PR, quando couber.

6.16. Quando a CONTRATADA estiver sediada no Estado do Paraná e contratar com o Município de Cafelândia, deverá emitir nota fiscal eletrônica, conforme Decreto Estadual Nº 3.330/2008.

6.17. Caso a CONTRATADA esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Município de Cafelândia/PR, os respectivos empenhos em seu nome não poderão ser liberados, e, de consequência, estes não terão validade nem eficácia.

7. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FISCAL E GESTOR

7.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a fornecedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. **A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).**

7.5. **O FORNECEDOR:** Será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.6. O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.7. Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.8. A inadimplência do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou instrumento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal da empresa.

7.9. **O FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.10. O fiscal da Ata de Registro de Preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.11. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.12. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.14. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços.

7.16. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

7.17. O fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.18. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata de Registro de Preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.19. **O GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.20. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata de Registro de Preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22. O gestor da Ata de Registro de Preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23. O gestor da Ata de Registro de Preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.24. O fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.25. O gestor da Ata de Registro de Preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços, no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- 8.10. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.11. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.12. Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9. OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;

9.5. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

9.6. Aplicar ao Fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

9.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Fornecedor;

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

10.1. **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência de garantia.

10.2. **Garantia, manutenção e assistência técnica:** O prazo de garantia será o estabelecido na Lei nº 8078/1990. Alguns produtos podem apresentar garantias mínimas previstas em suas especificações e desde que mais vantajosas a administração sobreporá as definidas em Lei.

10.3. **Da exigência de amostra:** Não há necessidade de apresentação de amostra

11. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

11.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

11.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.

11.7. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

11.8. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a análise dos preços pela Coordenação de Pesquisas e de Análises de Preços e a deliberação a respeito do pedido pelo Diretor do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e decisão final do Secretário da Administração.

11.9. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

11.10. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

11.11. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

10.12. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

11.13. Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.14. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

11.15. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

11.16. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

11.17. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

11.18. O reequilíbrio será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

10.19. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

11.20. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

11.21. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.22. Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

11.23. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis **no prazo de um ano** contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o **interregno de um ano**, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, **pelo Contratante, do índice IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou por outro índice que vier a substituí-lo, caso haja prorrogação, de comum acordo entre as partes.**

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DOS PREÇOS REGISTRADOS



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

13.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- a) O fornecedor ou prestador será notificado pessoalmente para apresentar defesa **no prazo de cinco dias**, a contar do recebimento da comunicação.
- b) A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

14. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

14.1. Nos termos da Lei e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma a presente ata de registro de preços, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, e a(o) Senhor(a) Secretária(o) que assinar o Ofício de solicitação para a realização do processo licitatório para a aquisição do objeto, obrigando-se ao cumprimento do contido na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023.

14.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Fornecedor que:

15.2. Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;

15.3. Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.4. Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 15.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.6. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.7. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 15.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- 15.10. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- 15.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 15.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.14. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 15.15. Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 15.16. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 15.17. **Multa:** moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 15.18. **O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- compensatória de 30% (trinta) por cento sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.19. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º)
- 15.20. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 15.20. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 15.21. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 15.22. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.23. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.24. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.25. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

15.26. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

15.27. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

15.28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.29. Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

16. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. O licitante/ contratante deve observar e o contratado deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a. “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b. “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c. “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d. “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e. “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Aurora/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes da presente ATA.

17.2 A Administração **não** se obriga a utilizar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas neste instrumento.

17.3 Fazem parte integrante desta Ata, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 156 de 20 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes.

17.4. E, por estarem justos, firmam a presente ATA para que surtam todos os efeitos legais.

Cafelândia/PR, XX de XXXXX de 20XX

PREFEITO MUNICIPAL
(NOME#PREFEITO)
ÓRGÃO GERENCIADOR

GESTOR DA ATA REGISTRO DE PREÇOS
(NOME#GESTOR)
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATO

FISCAL DA ATA REGISTRO DE PREÇOS
(NOME#FISCAL)
SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX

<FORNECEDOR#NOME>
<NOME REPRESENTANTE>
DETENTOR DA ATA